

Jório Dauster vai a Nova Iorque

para outra reunião com credores

Dívida Externa 02 NOV 1990

BRASÍLIA — O embaixador Jório Dauster, principal negociador da dívida externa, embarca segunda-feira para Nova Iorque, acompanhado de assessores do Banco Central e do Ministério da Economia, para a segunda reunião com o comitê assessor de bancos credores. O Brasil não leva qualquer nova proposta para o encontro, mas não vai com uma posição rígida e sim disposto a negociar. “Apresentamos nossa proposta na primeira reunião. Agora vamos ouvir o que eles têm a nos dizer e esclarecer dúvidas, se necessário”, explica o embaixador. Ele considera, que este será apenas o segundo passo de uma caminhada que o país quer concluir brevemente, mas que não tem data certa para terminar.

A equipe de negociadores brasileiros está aberta a sugestões, desde que elas não afetem a capacidade de pagamento do país, projetada para os próximos 45 anos, explica o embaixador. Depois de ler, através dos jornais, as críticas ásperas de banqueiros

credores à proposta brasileira — de trocar toda a dívida atual por bônus de longo prazo e de só pagar os juros atrasados mediante um novo empréstimo dos bancos credores —, Dauster diz que está tranquilo. “Esta equipe é fria e profissional o bastante para não ficar nervosa”, garante.

Dauster diz que também não há maiores preocupações pelo fato de o FMI não ter aprovado o acordo com o Brasil para iniciar a liberação de um empréstimo de US\$ 2 bilhões. “Não se pode falar em atraso para a aprovação da carta de intenções brasileira, porque nunca foi marcada uma data para essa aprovação”, esclarece. Ele considera que o mais importante, com relação ao FMI, já foi obtido: a concordância em relação à consistência do programa brasileiro de ajuste econômico.

O próximo passo a ser dado pelo Fundo Monetário, que é a análise da carta de intenções brasileira e a aprovação do empréstimo, tem um conteúdo político porque depende da direto-

ria da instituição, onde se sentam representantes de vários países. Ele afirma, porém, que o Brasil não tem urgência para a obtenção desse empréstimo, pois ele está incluído na capacidade de pagamento do país aos credores estrangeiros. O embaixador explicou que o governo solicitou o adiamento da votação, pelo Senado Federal, da resolução que estabelecerá os parâmetros de pagamento da dívida externa, porque há alguns pontos no texto que retiram a flexibilidade na negociação com os credores. Um deles é o que proíbe qualquer pagamento antes de concluído o acordo.

Ele explica que essas negociações costumam ser concluídas por demoras providências formais — assim, não faria sentido deixar de realizar qualquer pagamento antes da assinatura do último papel. O adiamento da votação, no entanto, não afeta o apoio político que o Senado está prestando ao governo no que diz respeito à tentativa de um entendimento com a comunidade financeira internacional.